

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 28/08/2013 - Edição 886

Chapa 1 vence eleição do Sindicato dos Vigilantes do Norte de Minas

O Sindicato dos Vigilantes do Norte de Minas (Sevistv) tem nova diretoria. A Chapa 1 - Caminhar Juntos para Avançar -, encabeçada pelo companheiro Carlos Antunes, foi eleita com 76% dos votos válidos. Também foram eleitas as companheiras Leidiane Silveira e Marileide Faustino, representando grande avanço da participação feminina. A partir do dia 15 de setembro a nova direção já estará à frente da entidade.

Segundo Antunes, a nova diretoria tem pela frente a tarefa de defender a manutenção da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e de lutar por novas conquistas trabalhistas. “Sei do compromisso que a nova diretoria assumirá com a categoria. Desde sua fundação até hoje o Sindicato vem desenvolvendo um trabalho sempre voltado para os interesses trabalhistas dos vigilantes. Ainda temos muito a conquistar, mas com

a união e apoio dos trabalhadores ao Sindicato, certamente isso se tornará possível”, afirmou.

A CNTV parabeniza a nova diretoria pela vitória e faz votos de que o mandato seja feito totalmente para avançar nas conquistas e defender os interesses dos vigilantes da região.

Fonte: CNTV

Fórum Sindical de Niterói recebe deputado e encaminha pauta dos trabalhadores



Participaram do encontro representantes dos sindicatos de metalúrgicos, vigilantes e bancários de Niterói e região.

O Fórum Sindical de Niterói recebeu no fim da manhã desta segunda-feira (26), na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói, o deputado federal Luiz Sérgio (PT), para

apresentar as demandas dos trabalhadores da região e solicitar a interlocução com a bancada do partido na Câmara dos Deputados sobre a pauta dos trabalhadores.

Participaram do encontro o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí, Edson Rocha, o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e região, Cláudio Vigilante, e o ex-presidente e atual diretor do Sindicato dos Bancários de Niterói, Jorge Porkinho.

Na oportunidade, os sindicalistas

apresentaram ao parlamentar a configuração do Fórum Sindical de Niterói que vem se formando e que, nos próximos dias, deverá receber a adesão de outras entidades sindicais. O objetivo é fomentar políticas para o trabalhador, discutir a saúde do trabalhador e também colocar em prática programas de qualificação de mão de obra para os trabalhadores da região de Niterói, São Gonçalo, Maricá e Itaboraí.

O deputado, oriundo do movimento sindical onde foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Angra dos Reis, se mostrou solícito às reivindicações e se comprometeu em apoiar as propostas.

Fonte: Imprensa Fórum Sindical - Willian Chaves (jornalista)

Hoje, CUT faz 30 anos, com lutas e conquistas



**SOMOS
FORTES
SOMOS**



A Central Única dos Trabalhadores (CUT) completa 30 anos, hoje. A trajetória da maior organização de trabalhadores da história do país é de protagonismo nas conquistas de direitos e na transformação social do Brasil. A CUT foi homenageada na segunda-feira (26) no Congresso Nacional pelo aniversário e pela participação nas melhorias sociais que os trabalhadores experimentam nos últimos 10 anos.

Uma das vitrines deste período tem sido a valorização permanente do salário mínimo. A política é motor para o desenvolvimento social do país, pois aquece a economia e distribui renda. Entre 2003 e 2013, o ganho real do salário mínimo no Brasil foi de 70,49%, segundo dados do Dieese. A valorização passou a ser uma política oficial após muitas lutas da CUT e das centrais sindicais que, desde 2004, levam anualmente milhares de trabalhadores a Brasília.

O governo Lula recebeu as representações da classe trabalhadora e atendeu às reivindicações, em um acordo histórico. Desde 2007, o salário mínimo passou a ser

A Confederação Nacional dos Vigilantes entidade filiada a CUT parabeniza a Central, os seus dirigentes, funcionários e cada entidade filiada desejando muitas e muitas conquistas para os trabalhadores do Brasil.



corrigido todos os anos pela inflação do ano anterior, somada à variação do PIB (Produto Interno Bruto) de dois anos anteriores.

Em 2011, já no governo Dilma, a forma passou a ser lei. A política de valorização do salário mínimo é resultado de um acordo feito com a CUT e centrais e referendado pelo Congresso Nacional. A ideia de que a CUT deve lutar também por causas sociais, além da questão trabalhista, está cada vez mais forte na central.

Exemplo de resistência

A Central também promoveu ao longo dos seus 30 anos lutas pela manutenção de direitos. O período neoliberal, que teve seu auge no governo FHC (1995-2002), promoveu uma grande ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e colocou o movimento sindical em um período de resistência. Mesmo depois do neoliberalismo, as investidas dos setores patronais ainda estão presentes no país.

A CUT tem se unido a outras centrais para impedir retrocessos. Um exemplo bem sucedido de resistência foi a luta contra Emenda 3, que permitia a contratação de trabalhadores terceirizados para a realização de atividades-fim. Após muitos protestos, a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara enterrou a medida em 2009.

A luta contra a Emenda 3 serve de inspiração para o atual momento, em que a CUT e as demais centrais estão unidas para derrotar o PL 4330, que legaliza a terceirização fraudulenta. A etapa seguinte dessa luta será nesta sexta-feira (30), em dia nacional de mobilização e paralisação contra o PL 4330 e pela pauta da classe trabalhadora.

SINDICATO DOS VIGILANTES DA PARAÍBA CONFRATERNIZA COM VIGILANTES DO INTERIOR DO ESTADO



Festas em comemoração ao dia do vigilantes na Paraíba

O Sindicato dos Vigilantes da Paraíba se reuniu no último dia 24 com vigilantes das cidades de São João do Rio do Peixe, Cajazeiras e Sousa, para grandes momentos

de lazer e diversão. Além do momento de descontração, aproveitamos o momento para colocarmos em dia as demandas dos vigilantes daquela região, pois embora afastados da capital João Pessoa, estão sempre bem assistidos pela entidade que faz questão de estar sempre presente.

No Evento estiveram presentes Antônio Bezerra - presidente do sindicato, Francisco Rubens, Ivanildo Pereira, Roberto Barbosa -diretor Sindical, Acácio Cavalcante - Secretário Geral, além da presença em massa de guerreiros vigilantes e guardetes das cidades convidadas. A atividade serviu ainda de preparação para a grande festa dos vigilantes que acontecerá no dia 21 de Setembro. Aguardem.

Marcos Santos , da redação Sindvig/PB e CNTV

Bancos seguem intransigentes e dizem que farão 'proposta global' no dia 5

Terceira rodada de negociação, sobre remuneração, termina como começou: sem propostas.

Para Contraf-CUT, só a mobilização fará os bancos se movimentarem



Os bancos mais uma vez se abstiveram de apresentar qualquer proposta ao Comando Nacional dos Bancários nesta terça-feira 27, em São Paulo, no encerramento da terceira rodada de negociações da Campanha 2013, dedicada ao tema remuneração. Mas anunciaram que apresentarão uma "proposta global" para a pauta geral de reivindicações dos bancários na próxima rodada de negociações, na dia 5 de setembro, às 14h.

"Queremos que na próxima negociação os bancos tragam propostas sobre os três blocos de negociação, com soluções para as questões de saúde, condições de trabalho, segurança, emprego, igualdade de oportunidades e remuneração", afirma Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando

Nacional dos Bancários.

"Mas como acontece todos os anos, sabemos que os banqueiros só se movem sob pressão. Por isso é imprescindível que as entidades sindicais intensifiquem a discussão nos locais de trabalho e a mobilização da categoria, não apenas para a Campanha Nacional, mas também para as manifestações convocadas pelas centrais no dia 30 e para a votação do PL 4330 na CCJC da Câmara dos Deputados nos dias 3 e 4 de setembro em Brasília", alerta Cordeiro.

No segundo dia de negociação sobre remuneração, o Comando e a Fenaban discutiram nesta terça-feira PLR e os auxílios refeição, creche, cesta-alimentação e educacional, dentre outras demandas.

DIA DO BANCÁRIO

A CNTV saúda os companheiros bancários e bancárias de todo país, que formam uma das categorias de trabalhadores mais aguerridas, organizadas, mobilizadas e vitoriosas do Brasil, pelo seu dia, desejando muito sucesso aos trabalhadores, que, com muita garra e força, conquistaram vitórias históricas. Esperamos fortalecer mais e mais a nossa parceria pela luta do cumprimento da legislação de segurança privada e por mais segurança para vigilantes, bancários e clientes.

(In)Segurança Bancária: Agência do Santander fechada



O Sindicato dos Bancários de Curitiba e região esteve ontem, 27 de agosto, na Agência Santander da Rua XV de Novembro, no bairro Alto da XV, e constatou que a unidade continua sem realizar atendimento ao público, desde que foi assaltada e teve suas instalações depredadas, há mais de duas semanas. Apesar de não receber os clientes, em virtude da falta de segurança, os funcionários da agência continuam trabalhando dentro da unidade, colocando suas vidas em risco. O Sindicato irá tomar as providências necessárias.

Banco sofre com a "fidelidade indesejada" de bandidos

Nas últimas semanas, vários caixas do Santander foram violados por gangues do maçarico e dinamite. João Soares, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região Metropolitana, acredita que o banco é o que menos tem equipamentos de segurança. Ele explicou que, além de não manter vigilantes noturnos, o banco posiciona mal os caixas, muito próximos das portas e sem controle de acesso com cartão bancário.

"Tentamos conversar com o

Santander, mas o diálogo é difícil. Eles não estão muito preocupados com os ataques, já que o seguro cobre o prejuízo. O Santander é o campeão de multas aplicadas pela Polícia Federal, por falta de segurança", informou Soares.

O banco, a pedido do Paraná Online, emitiu a seguinte nota: "O Santander informa que tem ampliado os investimentos e as ações no sentido de prevenir os ataques a caixas eletrônicos." Soares alertou que, em geral, todos os bancos investem pouco em segurança. Outra rede muito violada, diz ele, é o Banco do Brasil, principalmente nas cidades pequenas, com menos de 20 mil habitantes, onde há pouco policiamento.

Fonte: Paraná Online

Especialistas apontam riscos de projeto que legaliza a terceirização

O projeto de lei 4330/2004, de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), pretende regulamentar a terceirização do trabalho. Mas legaliza a contratação de prestadoras de serviços para executarem atividades-fim da empresa, ou seja, aquelas para as quais foram constituídas. Hoje, baseado em um entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, ela é possível apenas para funções que não são essenciais. Outro ponto polêmico é que o PL dificulta a responsabilização de empresas por conta de violações trabalhistas de suas terceirizadas.

Centrais sindicais afirmam que o projeto pode contribuir com a precarização do trabalho e têm se manifestado de forma contrária a ele. Reclamam que, com ele transformado em lei, os chamados "cooperगतos" (cooperativas montadas para burlar impostos) e os "PJs" irão se multiplicar e o nível de proteção do trabalhador

cair. Segundo eles, setores como empresas têxteis, de comunicações e do agronegócio têm atuado pela liberalização da terceirização.

O ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias (PDT), deu uma declaração defendendo a aprovação do projeto, indo ao encontro do que pediu o empresariado na comissão quadripartite (que incluiu também governo, parlamentares e trabalhadores) montada para discutir o tema.

De acordo com um estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos em parceria com a Central Única dos Trabalhadores, em média um trabalhador terceirizado trabalha três horas a mais por semana e ganha 27% menos que um empregado direto. No setor elétrico, por exemplo, a taxa de mortalidade de um funcionário de uma prestadora é 3,21 vezes superior ao de um trabalhador de uma empresa contratante.

A terceirização tresloucada pode tornar a dignidade responsabilidade de ninguém. Mais ou menos assim: Um consórcio contrata o Tio Patinhas para tocar um serviço, que subcontrata a Maga Patalógica, que subcontrata o Donald, que deixa tudo na mão de três pequenas empreiteiras do Zezinho, do Huguinho e do Luizinho. Às vezes, o Zezinho não tem as mínimas condições de assumir turmas de trabalhadores, mas conduz o barco mesmo assim.

Aí, sob pressão de prazo e custos, aparecem bizarrices. Depois, quando tudo acontece, Donald, Patalógica, Tio Patinhas e o consórcio dizem que o problema não é com eles - afinal, eles não rabiscaram carteira de trabalho alguma. E aí, ninguém quer pagar o pato - literalmente. Ficam os trabalhadores a ver navios, como Patetas.

Solicitei a três atores do direito, especialistas no tema, que explicassem as consequências

negativas para os trabalhadores caso o projeto de lei seja aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados (em caráter terminativo), depois no Senado Federal e sancionado pela Presidência da República:

Rafael de Araújo Gomes, procurador do trabalho da 15ª Região

A consequência da aprovação de projetos sobre o tema em trâmite no Congresso Nacional é que poderá uma empresa, se assim desejar, terceirizar não apenas parte de suas atividades, mas todas elas, não permanecendo com qualquer empregado. Teríamos então uma empresa em funcionamento, com atividade econômica, mas sem nenhum funcionário.

Tomemos, para melhor visualização de tal disparate, autorizado pelos projetos, o caso do banco Bradesco, empresa com capital social superior a 30 bilhões de reais e mais de 70 mil empregados.

Aprovada a terceirização nos moldes pretendidos, nada haverá na legislação que impeça o Bradesco de livrar-se de todos os seus empregados, permanecendo com nenhum, mediante a terceirização de todas as funções. Se tal opção for economicamente vantajosa ao banco, ela poderá ser adotada. Teremos então uma empresa com capital social, faturamento e lucro da ordem de vários bilhões de reais, e nenhum empregado, ou seja, nenhum ônus trabalhista.

Parece o cenário com o qual sonharam os banqueiros de todas as épocas em seus devaneios mais loucos, não? Todos os lucros, e nenhuma responsabilidade. Pois tal sonho de qualquer capitalista poderá enfim se transformar em realidade, em nome da "modernidade" e da "competitividade".

Renato Bignami, auditor fiscal do trabalho em São Paulo

Ao autorizar, via processo legislativo, a subcontratação da principal (ou principais) atividade(s)

de determinada empresa, sem que haja uma contrapartida jurídica de manutenção da garantia do equilíbrio contratual, a exemplo da responsabilização solidária, o legislador está dando um tiro de misericórdia no direito do trabalho.

Todas as relações irão se dar com base no direito civil/mercantil, privatistas ao extremo. Futuramente não haverá mais empregados. Quem irá contratar uma pessoa que reclama, que fica grávida, que falta ao serviço, que não abaixa a cabeça e atende a todo tipo de ordem, e que, além do mais, custa o dobro e possui direitos péticos, como limite de jornada de trabalho e piso salarial? Irá naturalmente contratar uma empresa terceirizada, que, por sua vez, também irá contratar uma quarteirizada e que, em última análise, contratará um micro-empendedor individual, por exemplo, sem que isso possa ser considerado fraude, à luz da legislação proposta pelo deputado federal Sandro Mabel.

Trata-se da externalização total e completa dos riscos da atividade econômica sem que haja um mínimo de divisão dos lucros dela advindos, via valorização do trabalho. Nossa sociedade terá uma lei que valoriza a liberdade de empresa (princípio da livre iniciativa) ao extremo, sem garantir a proteção que o direito do trabalho buscou construir, no decorrer dos últimos 90 anos. No entanto, devemos sempre lembrar que a Constituição é clara, no artigo 1º, inciso IV, ao afirmar que o Brasil constitui-se em um Estado Democrático de Direito que tem por fundamento os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, em iguais proporções.

O PL 4330 subverte esse princípio e "desregula" a balança, em nítido desvalor do trabalho. Caso o PL seja convertido em lei será o caos e seguramente não colaborará nem para garantir segurança jurídica aos empresários e, muito menos, para construir coesão social, tão necessária nos dias de hoje, em que vemos a população sair às ruas clamando por melhores condições de

vida.

Por fim, teremos a legislação mais liberal do mundo ocidental, mais ainda que a lei chilena e seguramente mais que qualquer ordenamento europeu (todos garantem, pelo menos, que haja solidariedade jurídica entre os elos).

Iremos de encontro à Recomendação 198, da Organização Internacional do Trabalho, que sugere um maior nível de proteção à relação de emprego, e uma valorização crescente do princípio da primazia da realidade como fundamental na determinação da relação de trabalho. Enfim, o PL legitima todo tipo de fraude a que estamos acostumados a denunciar e a atacar, no curso da atividade inspeccional. Um verdadeiro retrocesso.

Marcus Barberino, juiz do Trabalho da 15ª Região

O pior cenário é não haver nenhuma defesa ao direito de negociação coletiva e de representação sindical. Ao permitir o deslocamento de uma atividade estratégica da empresa para qualquer prestador de serviço, você está alterando de modo unilateral a formação dos contratos coletivos de trabalho e, por via indireta, dos contratos individuais.

Outra dimensão dramática é não estabelecer a solidariedade entre prestadores e tomadores. Se eles criam os riscos não podem ter limitação quanto à responsabilidade dos riscos em face de terceiros.

A questão, tal como posta, acaba por colocar o crédito do trabalhador em posição de proteção jurídica inferior a de um particular (pois aqui incide as regras do Código Civil) e da União (cuja violação de créditos tributários implica responsabilidade solidária dos devedores).

Enfim é a mercantilização tão violenta quanto na época da revogação da "poor law" inglesa em 1834.

Fonte: Blog do Sakamoto

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV - José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira

Apoio: Jacqueline Lucena

Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo



site: www.vigilantecntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11

Cep: 73.300-000 Brasília - DF